

**PROCESSO:** 1012033

**NATUREZA:** Denúncia

**DENUNCIANTE:** Antônio Souza Jesus Filho

**DENUNCIADO:** Prefeitura Municipal de Coqueiral

*À Secretaria da 1ª Câmara.*

*Considerando a petição protocolizada pelo Município de Coqueiral sob o n.º 4427610/2018, fl. 147, bem como o disposto no art. 163, 2º, do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução n.º 12/2008), <sup>1</sup> reconheço a legítima razão para o referido município intervir no processo, como interessado, e, ato contínuo, (1) determino o cadastramento dos procuradores cujos nomes constam da procuração de fl. 148; (2) defiro a expedição de futuras publicações ou intimações em nome do Sr. Pedro Henrique Britto May Valadares de Castro, OAB/MG 165.721; (3) defiro o pedido de vista dos autos, em secretaria, incluindo a possibilidade de extração de cópias, pelo prazo de 5 (cinco) dias, conforme o disposto no art. 183, I, e no art. 184, ambos da Resolução n.º 12/2008.*

*Decorrido o prazo fixado, após cumpridas as diligências determinadas, com ou sem o exercício do direito de vista pelos procuradores, considerando-se, em especial, a documentação da defesa acostada às fls. 149 a 159, remeta-se o presente processo à*

---

<sup>1</sup> MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Resolução n.º 12/2008. Dispõe sobre o regimento interno. Publicação no *Minas Gerais* de 19.12.2008.

*Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão, para análise e elaboração do relatório técnico, nos termos do art. 140, § 1º, da Resolução n. 12/2008 c/c art. 41, I, da Resolução Delegada n. 1/2017.<sup>2</sup>*

*Em seguida, os autos devem ser encaminhados ao Ministério Público de Contas, para manifestação conclusiva, nos termos regimentais.*

*Belo Horizonte, 26 de julho de 2018.*

*Licurgo Mourão*  
*Relator*

---

<sup>2</sup> MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Resolução Delegada n. 1/2017. Dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Publicação no DOC de 16.2.2017.